

Entrevista

“A privacidade é um novo front político anticapitalista”

Fabio MALINI

Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, com mestrado em Ciência da Informação no IBICT, Fabio Malini é professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde se formou em Jornalismo, e tem escrito há mais de 10 anos sobre temas relacionados à Internet, tais como colaboração, uso livre das redes, guerra de narrativas, monitoramento, vazamentos e anonimato nos sites de redes sociais, capitalismo cognitivo e cultura hacker. Atualmente coordena a pesquisa "Cartografia das controvérsias na Internet", em parceria com a ECO-UFRJ, onde também participa do Labtec - Laboratório Território e Comunicação, como professor associado. Na UFES coordena o Laboratório de Pesquisa sobre Internet e Cultura (Labic) e participa como pesquisador do Cibercult - Laboratório de Pesquisa em Comunicação Distribuída e Transformação Política.

Por Sônia AGUIAR

Há, no senso comum, uma percepção de que as tecnologias digitais vêm evoluindo muito rapidamente, a ponto de não ser possível fazer previsões muito precisas para os próximos anos. No entanto, a base de toda a comunicação na Internet ainda parece ser a troca de mensagens entre indivíduos e grupos, com base na tecnologia do correio eletrônico (de 1972), e a coleta e recuperação de informações em bases de dados. Tudo isso viabilizado pelo conjunto de protocolos TCP/IP (de 1982). Então, o que tem evoluído velozmente é a tecnologia ou a inovação nos negócios relacionados à Internet e nas suas apropriações socioculturais?

A história da internet é de idas e vindas, do ponto de vista da socialização acelerada de suas tecnologias. Até 1979, a internet era bipolar. Era o protótipo da estrutura futura do mercado financeiro globalizado e o campo vasto da colaboração científica. Essa tensão ocorre porque a internet se constituiu primeiro como um dispositivo de resistência: anonimato, distribuição e comutação de pacotes são invenções computacionais para questões políticas. Assim, esse amplo espectro resistente foi a base para a internet popular pós-79, com a invenção da Usenet e dos BBBs [Bulletin Board System]. Veja que curioso: os BBBs, que foram as primeiras comunidades virtuais da internet, tiveram seu código inventado na big science norte-americana. Mas o programa se resumia a um universo nerd. Foi preciso um ativista gay para corrigir o programa, tornando-o uma máquina de "dizer a verdade", um dispositivo onde as pessoas poderiam ser francas e "sair do armário". Isso revolucionou a comunicação mediada pelo computador, porque, afinal, o único povoamento da rede era o email, algo muito restrito às conversações científicas. Com os BBBs, grupos e organizações não-governamentais passavam a criar servidores (baseados em microcomputador e linha telefônica) para fazer clubes virtuais de conversação entre pares (peer-to-peer). A política das ONGs se confunde com essa internet das comunidades virtuais.

Ao saltarmos 20 anos, em 1999, nos deparamos com qual realidade? A então World Wide Web completamente capturada pela "new economy" de Bill Clinton. A America OnLine (antes o maior provedor de clubes BBBs) se tornava uma mega empresa provedora de acesso à internet. A Web matou os BBBs instituindo a mecânica cliente-servidor. O negócio passou a girar em função das metas empresariais de promover a imersão do usuário em seus sistemas. A grande ilusão capitalista da década de 1990: os usuários transformados em operários fordistas, imersos nos ambientes controlados da Web. E felizes. A história da internet é a incessante história da busca de uma vida (não apenas trabalho) desmedida.

Em 1999, o Napster, embarcando na cultura adolescente, desestrutura toda a new economy ao instituir o lema da cooperação, primeiro, o comando, depois. O idílico sonho de transformar a internet em indústria fordista é atropelada por uma geração que não estava nem aí para o trabalho da new economy. Ainda hoje estamos mergulhados nessa tensão 2.0. Que tensão é esta? Liberar o código, faturar na cooperação. Vivemos numa economia política onde o Free é categoria inferior à conta Enterprise. São negócios calculados para ganhar muito dinheiro até serem atropelados por tecnologias hackers. Esse é ponto de tensão.

A incorporação da Internet às mais diversas atividades humanas e sociais tem servido tanto a processos de reprodução do capital e das desigualdades intra e entre sociedades, quanto a projetos de expansão da pluralidade de vozes no debate público, de movimentos sociais anti-capitalistas e de atividades em rede que Yoshai Benkler chama de "economia de não-mercado". O que explica essa aparente contradição?

Não sei se concordo com essa divisão, porque há uma espécie de grande recalque do mercado. Talvez, no fundo, a sua pergunta signifique: quando seremos comunistas? Há movimentos que resolveram essa bipolaridade a partir do abandono da noção de propriedade capitalista. Produzem mercados e recusam a propriedade liberal. Trocar, distribuir, alterar e até comercializar passam a ser regidos por licenças que instituem a liberdade no centro da criação de novos empreendimentos. E tais licenças impõem que todo produto derivado delas seja também livre. Assim, a liberdade não se subsume nem ao mercado e muito menos ao Estado. Em geral, temos apenas o Linux como exemplo dessa realidade. Mas há uma montanha de outros casos. Veja a linguagem Python, que está revolucionando a ciência, a comunicação e a informática. É uma linguagem de programação multiplicadora de milhares de programas e sites. É uma linguagem completamente livre e promotora de novos mercados.

Que comparação se pode fazer entre as recentes operações milionárias envolvendo empresas de tecnologias de Internet, em especial de mídias sociais, como as fusões e incorporações Youtube-Google e WhatsApp-Facebook, e os grandes negócios das corporações de mídia tradicionais, no contexto da atual reestruturação capitalista? É possível falar que vivemos uma era de "capitalismo digital"?

A compra bilionária de aplicativos é uma corrida pelo monopólio das relações sociais. Essas relações não apenas "agregam valor" como são potenciais geradoras de subprodutos. Todas essas empresas 2.0 possuem, em seus quadros, executivos que advogam pela sociedade. Isto é, defendem "ideias malucas" de negócios a partir do acesso permanente à API [Application Programming Interface] das plataformas. Usam o termo "acesso pleno ao garden". É curioso notar como estamos vivendo uma transição de uma comunicação da mega visibilidade do Facebook para uma sociedade da mensagem privada: Snapchat, Telegram, Whatsapp etc. É por isso, de certa maneira, que o tema da privacidade se tornou muito político. A privacidade é um novo front político anticapitalista, em tempos em que a Google já cumpriu a meta de ter todos os dados online das pessoas. Agora, o target das suas operações são os dados offline. É por isso que sensores e drones são o novo boom no Vale do Silício. É assustador saber que o Google Glass será uma máquina evoluída de captura contínua do offline. Agora, onde houve sensor, haverá muito poder. Muito monopólio da informação.

O conceito de "Internet prosumer commodity", utilizado por Christian Fuchs, tem sido criticado por autores marxistas que não concordam que os usuários realizem algum tipo de trabalho produtivo ao fornecerem informações aos grandes sistemas de banco de dados de corporações como Google e Facebook. Para César Bolaño, por exemplo, apenas os trabalhadores informacionais dessas empresas são "capazes de transformar os dados em mercadoria audiência e de criar ferramentas que transformam toda a informação coletada da rede em bancos de dados". Qual a sua avaliação acerca dessa controvérsia?

Isso não é verdade totalmente. O salto do Google e do Facebook está justamente em não serem monopolizadores de seus dados. Por um motivo óbvio: não é possível manter esses dados aprisionados exatamente por questões comerciais. Sem acesso a eles, não há possibilidade de surgir outros negócios, como, por exemplo, a sua própria venda. Quem atua com data science é capaz de trazer para si a maior parte dos dados de interações do Foursquare, Twitter, Facebook, Instagram, Youtube, Flickr, Blogs etc. Acredito que um modo mais crítico será analisar os dispositivos reguladores das APIs das plataformas 2.0 dessas empresas. Diríamos que a capacidade social de produção de databases a partir de dados dessas empresas também é muito possível. Esse poder também está diluído no campo hacker.

Quais são as principais conquistas e as lacunas mais importantes do "Marco Civil da Internet" recém-aprovado pela Câmara dos Deputados, em termos de neutralidade da rede, garantias de privacidade, mecanismos de controle e de governança?

A maior conquista é a neutralidade da rede. Um dia desses estava eu num hotel. Solicitei a senha para acesso à internet. E a atendente me perguntou qual internet eu queria: "livre ou paga?". Essa realidade não mais existirá. Não existirá mais provedor de acesso à internet reduzindo a velocidade do compartilhamento de arquivos torrents. Não existirá mais a venda de pacotes de acesso apenas às redes sociais, como fazem as operadoras de telefonia. E também não poderá mais haver universidades ou repartições públicas regulando o tráfego da internet ao seu bel prazer. A neutralidade é um chega-pra-lá no Estado e no mercado. De outro lado, a grande lacuna do Marco é a guarda de logs, que são os rastros dos usuários na internet. Há muita pressão de empresas de segurança e instituições policiais para que informações de privacidade dos usuários sejam guardadas por mais de um ano. Isso é um modo fascista de controle das relações comunicacionais. É algo como acontecia na Alemanha Oriental, onde os funcionários dos Correios abriam as cartas, liam e depois cerravam a correspondência. A guarda de logs é justificada pelo desejo de resolução rápida de crimes. No fundo, é um modo abissal de controle político das interações. E um modo de quebrar a cadeia de pequenos provedores de acesso à internet, que não teriam dinheiro para bancar a infraestrutura para guardar tantos dados de usuários.